

MERCADO DE TRABALHO

Boletim Trimestral do Mercado de
Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
3º trimestre 2024



A photograph of three call center workers in a modern office setting. They are wearing headsets and looking at computer monitors. The image is partially obscured by a black bar containing the word 'EXPEDIENTE'.

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Claudio Bomfim de Castro e Silva

Governador

Nicola Moreira Maccione

Secretaria de Estado da Casa Civil

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ

Izabel Maria Brito Toledo

Presidente

Raphael de Souza Ferreira

Vice-Presidência

Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas – CEEP

Nathalia Emygdia de Andrade

Diretora

Coordenadoria de Políticas Econômicas – COOPEC

Pedro Amaral Serra

Coordenador

Equipe Técnica

Gabriel Vale Napoleão

Pedro Amaral Serra

Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

Equipe de Apoio

Pedro Assis Costa Martins

Fernando Estiges Toledo Schimidt

Projeto Gráfico, Diagramação e Design

Antonio Matos

**FEVEREIRO
2025**

Introdução	4
1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho	6
1.1 Força de trabalho desocupada	7
1.2 Taxa de desocupação	8
1.3 Condição em relação à força de trabalho	11
1.4 Condição de ocupação	12
1.5 Saldo de empregos	13
1.6 Saldo de empregos por grupamento de atividades econômicas	15
1.7 Taxa de desalento	17
1.8 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	18
1.9 Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal	19
1.10 Informalidade do setor privado	20
2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro	21
2.1 Distribuição percentual por sexo	22
2.2 Distribuição percentual por grupo de idade	23
2.3 Distribuição percentual por nível de instrução	24
2.4 Distribuição percentual por cor ou raça	25
Conclusão	26



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta edição do boletim do mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, referente ao terceiro trimestre de 2024, utiliza duas importantes fontes de dados para a análise: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego. Ambas fornecem uma visão abrangente e detalhada sobre as dinâmicas do mercado de trabalho formal e informal, permitindo um acompanhamento das condições de vida da população fluminense.

Analisar o mercado de trabalho é fundamental para compreender as transformações nas condições de vida das pessoas, especialmente em um cenário econômico desafiador. Um mercado de trabalho estável, que garanta empregos formais e geração de renda, é peça-chave para assegurar que a população tenha acesso a bens e serviços essenciais de forma digna. Além disso, o efeito multiplicador da renda proveniente do trabalho impulsiona o consumo, o que, por sua vez, fomenta novos investimentos na economia do Estado, promovendo a recuperação e o crescimento econômico.

Portanto, entender as nuances e flutuações no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes que não só promovam a inclusão social, mas também garantam um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, ancorado na geração de emprego e renda.

Conforme destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho é um dos principais mecanismos de distribuição de renda e um fator crucial para a superação da pobreza e da desigualdade. No contexto brasileiro, a formalização do trabalho, medida pelo CAGED, é um indicador importante para avaliar a qualidade dos empregos e a proteção social dos trabalhadores.

O estado do Rio de Janeiro, como uma das principais economias do país, enfrenta desafios particulares em seu mercado de trabalho, relacionados à problemas estruturais, à crise fiscal e à necessidade de diversificar sua matriz econômica, muito dependente do desempenho do setor de óleo e gás. A análise dos dados do terceiro trimestre de 2024 permitirá avaliar se houve avanços na geração de empregos, na formalização do trabalho e na redução das desigualdades, além de identificar os setores que mais contribuíram para a dinâmica do mercado de trabalho fluminense.

As definições apresentadas no quadro a seguir foram retiradas do glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo IBGE. Cada um desses conceitos desempenha um papel crucial na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho, permitindo identificar tendências, analisar as características da força de trabalho e avaliar a eficácia das políticas públicas de emprego.

A tabela 1 apresenta os principais termos utilizados na PNAD contínua, como população em idade de trabalhar, população na força de trabalho, população ocupada e desocupada, além de indicadores como taxa de participação na força de trabalho e taxa de desocupação. Ao definir claramente esses termos, torna-se possível realizar uma análise mais rigorosa e comparativa dos dados da PNAD contínua, contribuindo para a construção de diagnósticos e a formulação de políticas públicas mais adequadas para promover o emprego e a melhoria das condições de trabalho da população.

Tabela 1 – Definição dos termos utilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Termo	Definição
População em idade de trabalhar	Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
População na força de trabalho	Compreende as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.
População ocupada	Pessoas que trabalharam pelo menos uma hora em atividades remuneradas ou ajudando em atividades econômicas de familiares, ou temporariamente afastadas.
População desocupada	Pessoas que não estavam ocupadas, mas buscaram emprego nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para começar a trabalhar na semana de referência.
População fora da força de trabalho	Pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência.
Taxa de participação na força de trabalho	Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de ocupação	Percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de desocupação	Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Taxa de desocupação	Percentual de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho.

Fonte: Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

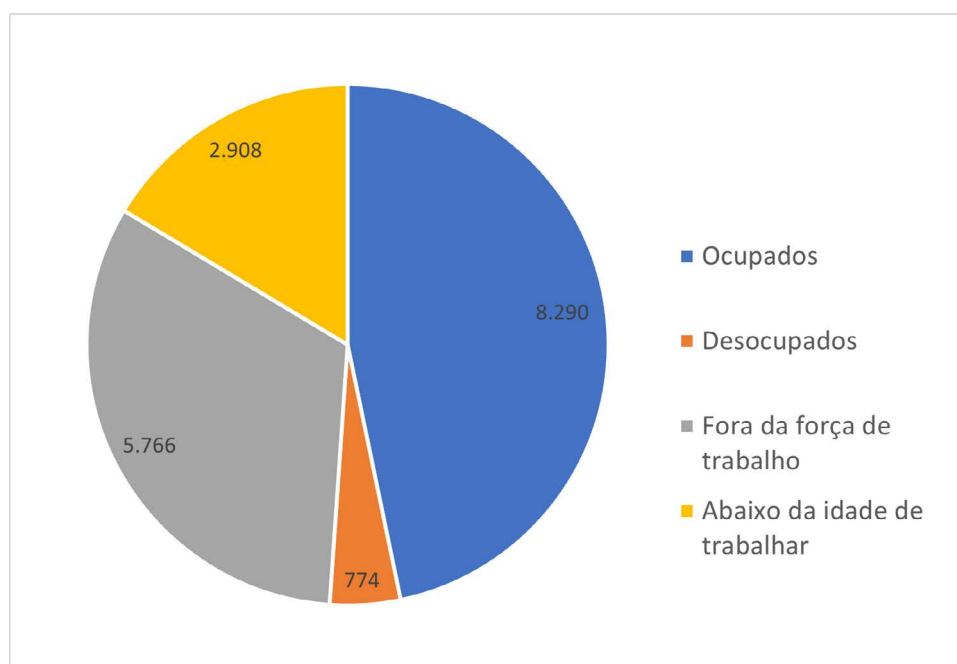
1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho

Analisar como a população fluminense está distribuída no mercado de trabalho, utilizando as categorias apresentadas pela PNAD Contínua, é essencial para compreender a dinâmica social e econômica do Estado. A distribuição em ocupados, desocupados, pessoas fora da força de trabalho e aquelas abaixo da idade de trabalhar permite identificar as proporções da população em atividade produtiva, as pressões sobre o mercado de trabalho e os desafios de inclusão social e econômica.

Entender o tamanho da população ocupada ajuda a medir a capacidade da economia de gerar empregos e garantir renda, enquanto a análise da desocupação aponta o nível de vulnerabilidade e a eficiência de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. As pessoas fora da força de trabalho, por sua vez, fornecem insights sobre a proporção da população que não está disponível para o trabalho, o que pode indicar fatores como a necessidade de políticas sociais como, por exemplo, de educação e qualificação profissional, saúde e assistenciais. Assim, essas informações permitem desenvolver políticas públicas mais direcionadas, tanto no combate ao desemprego quanto na ampliação das oportunidades econômicas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro.

O gráfico 1 apresenta a distribuição da população fluminense no terceiro trimestre de 2024, de acordo com as divisões do mercado de trabalho. A maior parcela, representada por 8,29 milhões de pessoas, está ocupada, o que reflete uma participação significativa no mercado de trabalho formal ou informal. A segunda maior categoria, com 5,77 milhões de pessoas, corresponde àqueles fora da força de trabalho. A população desocupada totaliza 774 mil pessoas, mostrando uma menor representatividade e uma redução de 11,85% em relação ao 2º trimestre de 2024. Por fim, 2,91 milhões de pessoas estão abaixo da idade de trabalhar, o que ressalta a importância do planejamento de longo prazo para a educação e inserção futura no mercado.

Gráfico 1 – População fluminense, de acordo com as divisões do mercado de trabalho – 3º trimestre 2024

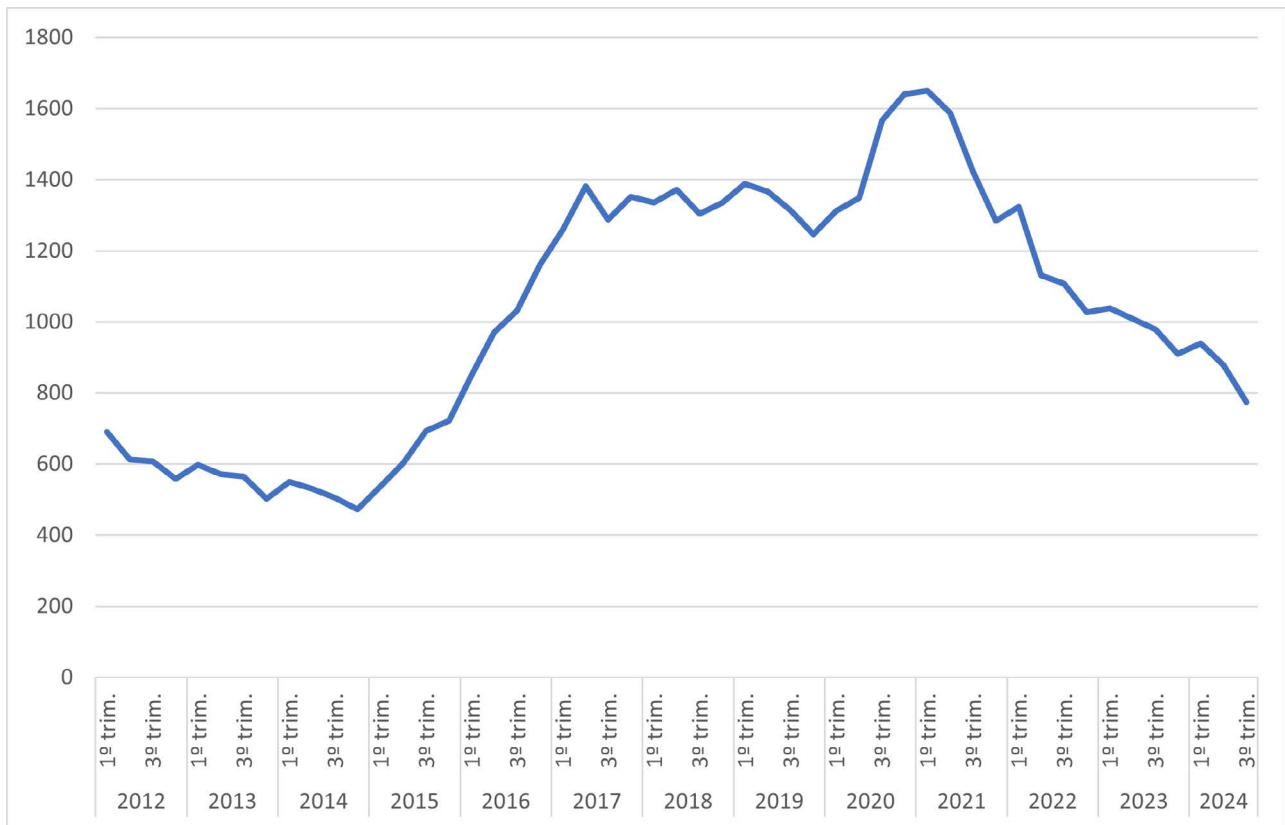


Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.1. Força de trabalho desocupada

O gráfico 2 apresenta a evolução da força de trabalho desocupada no estado do Rio de Janeiro de 2012 ao terceiro trimestre de 2024. Observa-se um aumento gradual no número de desocupados entre 2014 e 2017, indicando um período de dificuldades no mercado de trabalho fluminense. Após uma leve estabilização, o número de desocupados voltou a subir acentuadamente com o impacto da pandemia de COVID-19 em 2020, atingindo um pico de 1,65 milhão de pessoas. Nos anos seguintes, houve uma redução significativa na desocupação, com os números retornando a níveis mais baixos em 2024, sugerindo uma recuperação mais consistente do mercado de trabalho, voltando ao patamar de 2016.

Gráfico 2 – Força de trabalho – desocupada no estado do Rio de Janeiro (mil pessoas) 2012 - 3º trim. 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.2. Taxa de desocupação

A taxa de desocupação é um indicador crucial para analisar a saúde econômica do estado do Rio de Janeiro, pois reflete diretamente a capacidade do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho disponível. Quando essa taxa está elevada, ela pode apontar para dificuldades econômicas, como uma desaceleração no crescimento, falta de investimentos, ou setores produtivos em declínio. Isso afeta não apenas a renda das famílias, mas também a demanda por bens e serviços, criando um ciclo que pode frear o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, uma queda na taxa de desocupação geralmente indica que a economia está se recuperando ou em expansão, com mais oportunidades de emprego surgindo à medida que empresas contratam, investem e aumentam sua produção. Isso tem efeitos positivos sobre a arrecadação de impostos, consumo interno e confiança dos consumidores e investidores. No entanto, é importante considerar a qualidade desses empregos. Um cenário de desocupação em queda pode esconder um aumento de empregos informais ou de baixa remuneração, o que impacta negativamente o poder de compra e as condições de vida da população.

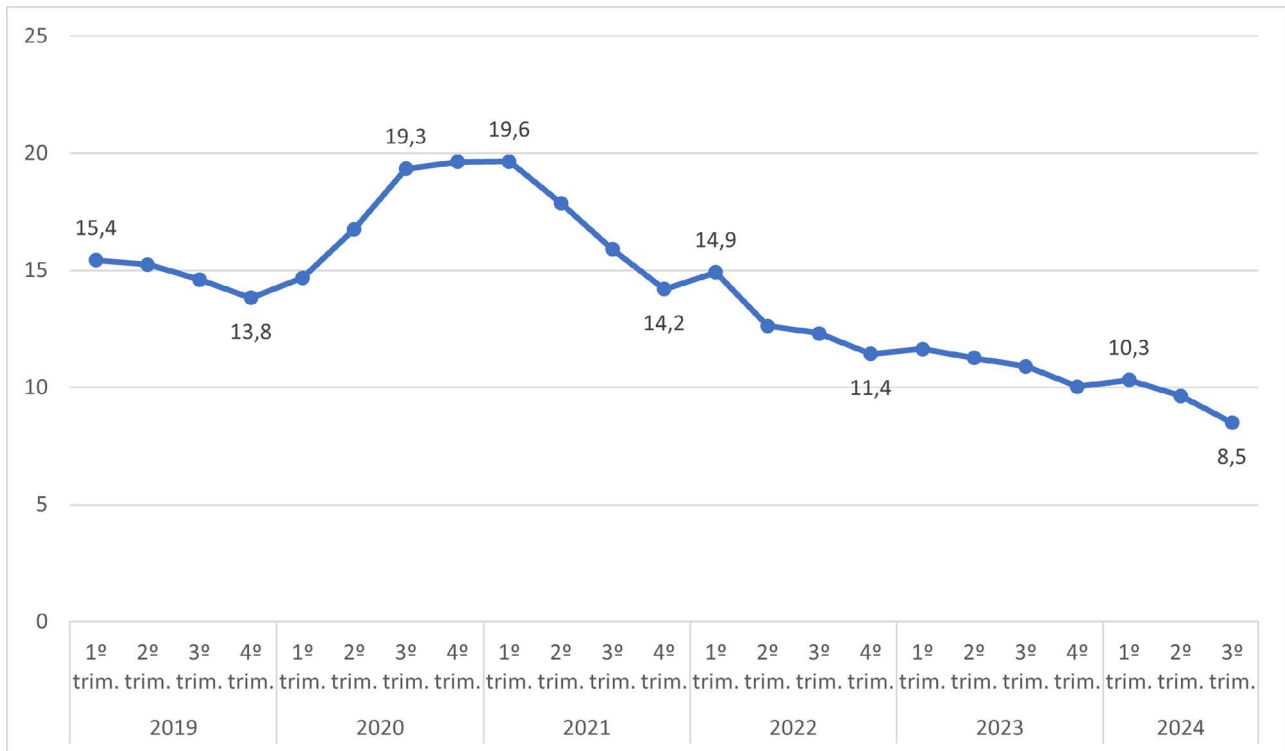
Portanto, a taxa de desocupação não só oferece um panorama imediato do mercado de trabalho, mas também funciona como um termômetro da dinâmica econômica mais ampla, influenciando decisões políticas, empresariais e sociais no estado. Ela é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes que visam tanto a criação de empregos quanto a promoção do desenvolvimento econômico sustentável no estado do Rio de Janeiro.

Observar a série histórica da taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro é fundamental para entender as dinâmicas estruturais e conjunturais do mercado de trabalho. Em termos econômicos, a análise dessa série permite identificar tendências de longo prazo, como períodos de recuperação ou deterioração do emprego, além de ciclos econômicos que impactam diretamente a oferta e demanda de mão de obra. Por exemplo, variações na taxa de desocupação ao longo do tempo podem refletir fatores macroeconômicos, como recessões, crises setoriais, ou políticas públicas, bem como mudanças demográficas e tecnológicas.

Para o setor privado, ela também é uma ferramenta útil para decisões de investimento, uma vez que o comportamento da desocupação está diretamente ligado à renda disponível e ao consumo das famílias. Portanto, acompanhar a evolução da taxa de desocupação no estado é um indicador-chave tanto para políticas de desenvolvimento quanto para a análise de saúde econômica de uma região.

O gráfico 3 apresenta a evolução da taxa de desocupação no estado do Rio de Janeiro de 2019 ao terceiro trimestre de 2024. Observa-se que a taxa de desocupação aumentou significativamente a partir de 2020, atingindo um pico próximo de 20% durante o auge da pandemia de COVID-19. Nos períodos seguintes, a taxa começou a apresentar uma trajetória de queda, refletindo uma recuperação gradual do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação alcançou seu nível mais baixo no período analisado, chegando a 8,5%, o que indica avanços positivos na absorção de mão de obra no estado.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação (%) – Estado do Rio de Janeiro (2019 a 3º trim. 2024)

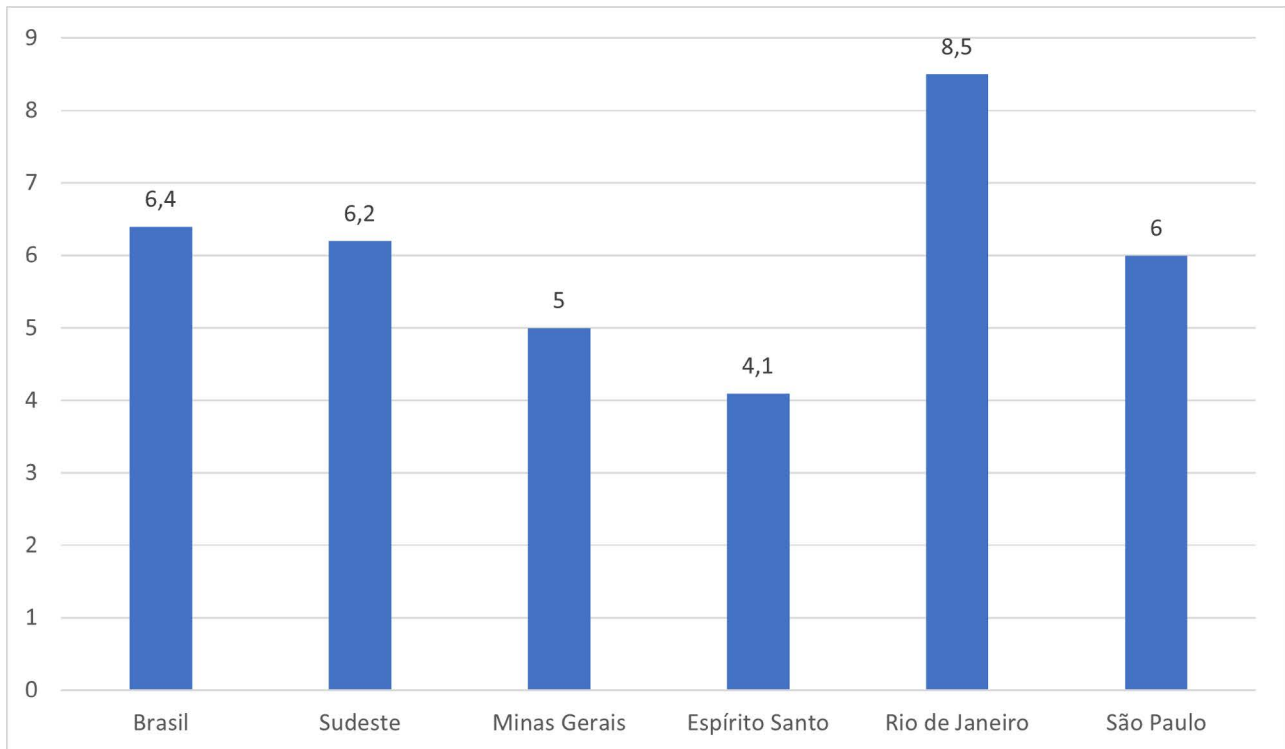


Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Nota-se no Gráfico 4 que, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação no estado do Rio de Janeiro é de 8,5%, a maior entre os estados da região Sudeste. Este índice supera tanto a média nacional (6,4%) quanto a média da região Sudeste (6,2%). Comparando com os outros estados da região, Minas Gerais apresenta uma taxa de 5%, Espírito Santo registra 4,1% e São Paulo 6%, todos com taxas de desocupação mais baixas que o estado do Rio de Janeiro.

Essa discrepância evidencia desafios estruturais específicos enfrentados pelo Rio de Janeiro no mercado de trabalho, que podem incluir retração de setores importantes, gestão econômica ineficaz e barreiras sociais que dificultam a criação de empregos de qualidade. Enquanto estados vizinhos, com economias menores como Minas Gerais e Espírito Santo, mostram taxas significativamente mais baixas, o Rio de Janeiro permanece como um ponto de atenção no contexto regional e nacional.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trim. 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.3. Condição em relação à força de trabalho

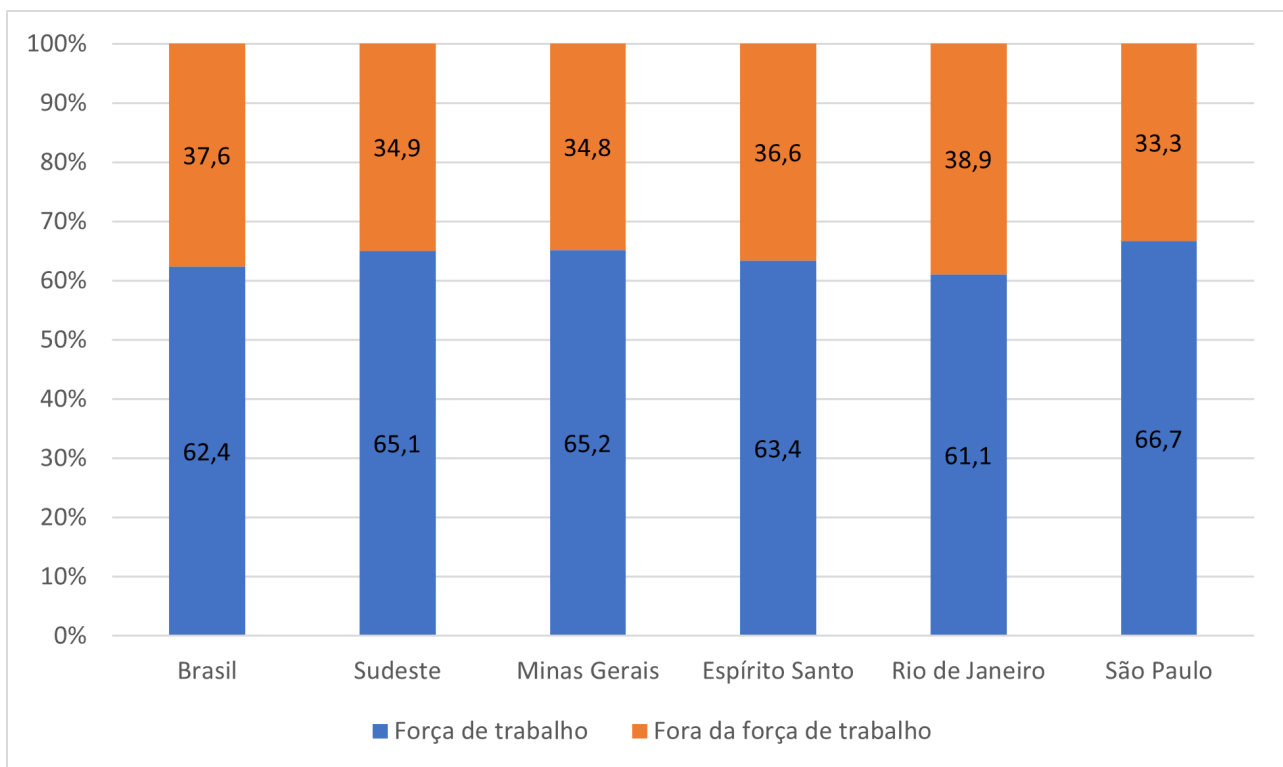
O Gráfico 5 apresenta a distribuição da população de 14 anos ou mais em relação à condição de participação na força de trabalho no 3º trimestre de 2024, comparando os percentuais de pessoas dentro e fora da força de trabalho no Brasil, na região Sudeste e nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro, 61,1% da população em idade de trabalhar está inserida na força de trabalho, enquanto 38,9% estão fora dela. Comparativamente, esse percentual de pessoas na força de trabalho está abaixo da média nacional (62,4%) e da média da região Sudeste (65,1%). Estados vizinhos como São Paulo (66,7%), Espírito Santo (63,4%) e Minas Gerais (65,2%) apresentam percentuais mais elevados de participação, reforçando o cenário de menor engajamento da população fluminense no mercado de trabalho.

A maior proporção de pessoas fora da força de trabalho no Rio de Janeiro (38,9%) em comparação ao Brasil e aos demais estados analisados pode indicar desafios como envelhecimento populacional, baixa qualificação profissional, dificuldades de acesso ao emprego formal ou até mesmo desalento diante das condições do mercado de trabalho.

Em síntese, o estado do Rio de Janeiro demonstra uma menor inclusão no mercado de trabalho no 3º trimestre de 2024 em relação à média nacional e regional. Esse panorama ressalta a importância de políticas públicas voltadas para a qualificação da força de trabalho, a redução da informalidade e a geração de oportunidades que fomentem a participação ativa no mercado de trabalho.

Gráfico 5 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho – 3º trimestre 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.4 Condição de ocupação

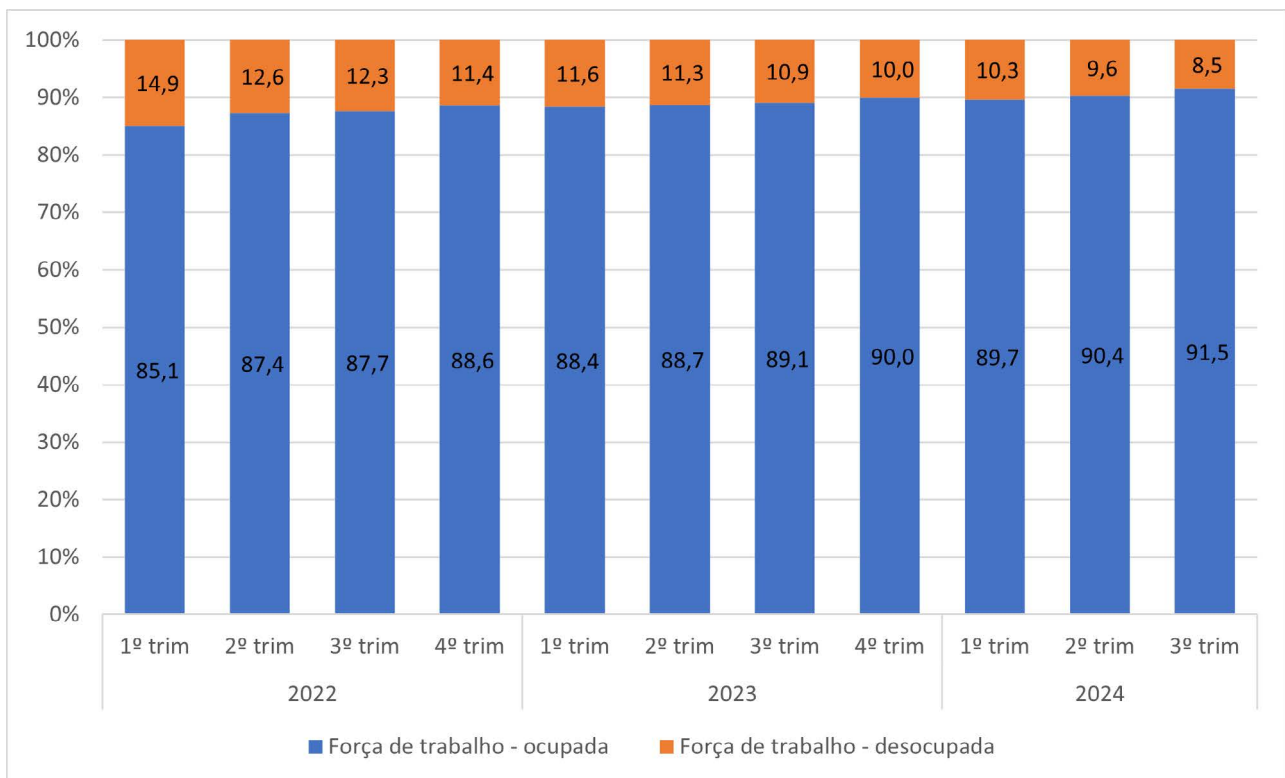
O Gráfico 6 apresenta a condição de ocupação da população de 14 anos ou mais no estado do Rio de Janeiro, entre o 1º trimestre de 2022 e o 3º trimestre de 2024. Os dados evidenciam uma tendência de redução gradual da desocupação no estado ao longo do período analisado. No 1º trimestre de 2022, a taxa de desocupação era de 14,9%, enquanto a de ocupação era de 85,1%. Esse cenário evoluiu consistentemente, culminando em uma desocupação de 8,5% e uma ocupação de 91,5% no 3º trimestre de 2024.

Essa redução de 6,4 pontos percentuais na taxa de desocupação indica uma significativa melhora no mercado de trabalho fluminense. A crescente proporção de pessoas ocupadas reflete uma recuperação econômica, possivelmente impulsionada pela retomada de atividades produtivas e pela criação de novas oportunidades de emprego.

No entanto, apesar dessa melhora, a taxa de desocupação de 8,5% ainda representa um desafio, exigindo esforços adicionais para consolidar os avanços obtidos. Iniciativas de incentivo ao emprego, investimentos em setores estratégicos da economia e programas de requalificação podem ser fundamentais para manter essa tendência de melhoria e seguir reduzindo a taxa de desocupação.

Em síntese, o gráfico demonstra uma evolução positiva no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, com uma redução consistente da desocupação e um aumento na ocupação nos últimos dois anos.

Gráfico 6 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de ocupação (%) – Estado do Rio de Janeiro (2022 a 3º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.5. Saldo de empregos

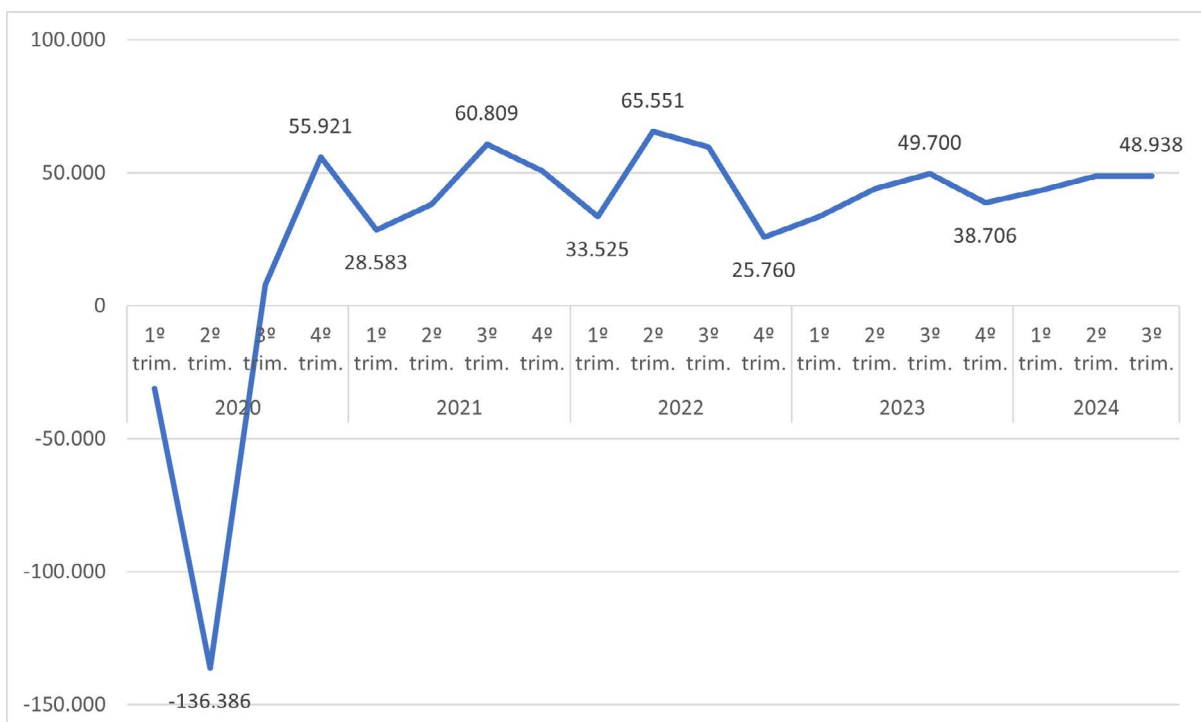
O Gráfico 7, que apresenta o saldo de empregos no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e o 3º trimestre de 2024, revela oscilações significativas ao longo do período, refletindo as dinâmicas econômicas do Estado. A queda mais acentuada ocorreu no 2º trimestre de 2020, quando o saldo de empregos atingiu um número negativo de -136.386, destacando o impacto severo da pandemia de COVID-19, que causou uma perda massiva de postos de trabalho em diversos setores. Esse ponto crítico representa o período mais desafiador para o mercado de trabalho fluminense.

Após essa retração, houve uma recuperação rápida no 3º trimestre de 2020, com o saldo de empregos alcançando 55.921 no 4º trimestre do mesmo ano. Essa melhora coincide com a flexibilização das restrições econômicas e a retomada das atividades produtivas. Ao longo do período, o saldo de empregos apresentou variações, com picos marcantes no 3º trimestre de 2021 (60.809) e no 2º trimestre de 2022 (65.551), refletindo uma recuperação econômica mais robusta.

No entanto, o ano de 2022 trouxe um cenário de desaceleração, com o saldo de empregos caindo para 33.525 no 1º trimestre e 25.760 no 4º trimestre. Esses dados sugerem a possibilidade de uma instabilidade econômica após a recuperação inicial. A partir de 2023, o mercado começou a mostrar sinais de estabilização, com resultados positivos como os 49.700 empregos no 3º trimestre e 38.706 no 4º trimestre de 2023. Já no 2º trimestre de 2024, houve novo avanço, com o saldo alcançando 48.933, indicando uma trajetória de recuperação mais consistente, tendo um aumento bem tímido no 3º trimestre de 2024 em relação ao trimestre anterior.

O mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro passou por flutuações marcantes nos últimos anos, influenciado inicialmente pela crise pandêmica e, posteriormente, por um processo gradual de recuperação econômica. Apesar de sinais de estabilidade, as variações recentes mostram que o mercado ainda está se ajustando a novas condições econômicas.

Gráfico 7 – Saldo de empregos - Estado do Rio de Janeiro (2020 a 3º trim. 2024)

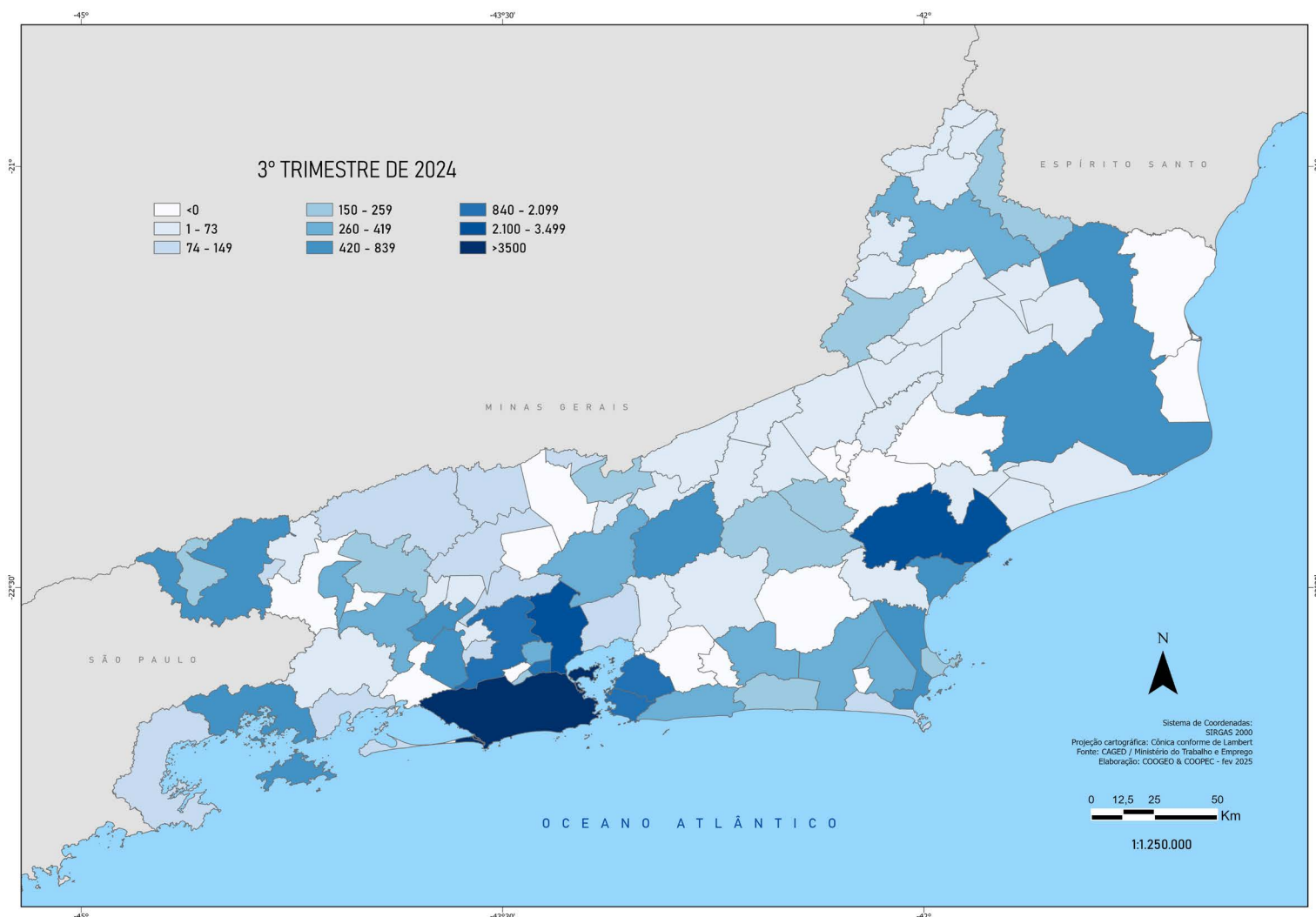


Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O Mapa 1 apresenta o saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro durante o terceiro trimestre de 2024, com base em dados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). A visualização detalhada da distribuição dos saldos de empregos por município permite identificar padrões e tendências do mercado de trabalho fluminense.

Os dados refletem uma dinâmica econômica desigual no estado. As regiões metropolitanas e litorâneas continuam se destacando como polos de geração de emprego, enquanto o interior apresenta um crescimento mais modesto, com alguns municípios estagnados ou com baixo saldo. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a diversificação econômica e o fomento ao emprego no interior, buscando reduzir a dependência de setores específicos e promover um desenvolvimento econômico regional mais equilibrado.

Mapa 1 – Saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

1.6 Saldo de empregos por grupamento de atividades econômicas

A Tabela 2 apresenta o saldo de empregos formais por grupamento de atividades econômicas nos três primeiros trimestres de 2024, além do acumulado até o 3º trimestre. Essa análise permite compreender a dinâmica setorial do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, destacando os setores com maior geração de empregos e os que enfrentaram retrações.

Até o 3º trimestre de 2024, o setor de serviços liderou com um saldo expressivo de 92.810 postos de trabalho, reafirmando sua posição como o principal motor do mercado de trabalho fluminense. Esse resultado demonstra a relevância do setor para a economia estadual, abrangendo uma ampla gama de atividades que impulsionam o desenvolvimento econômico.

O setor de administração pública, defesa, seguridade social, educação e saúde humana também se destacou, gerando 32.450 empregos no acumulado do período. Esse desempenho reflete a importância de áreas estratégicas voltadas para serviços sociais e essenciais. O setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas teve um saldo positivo de 30.939 empregos, evidenciando a força dos serviços especializados e da economia do conhecimento.

A indústria geral, com 21.109 empregos, e a construção, com 19.665 postos gerados até o 3º trimestre, também contribuíram significativamente para o crescimento econômico. Esses setores mostram o equilíbrio entre atividades tradicionais e os segmentos que sustentam a infraestrutura e a competitividade econômica do estado.

Por outro lado, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou um saldo positivo em comparação com o 2º trimestre, com um acumulado de 7.145 empregos.

Em resumo, os dados da Tabela 2 destacam um crescimento generalizado no saldo de empregos no estado do Rio de Janeiro, com setores-chave mostrando dinamismo e contribuindo para uma trajetória de recuperação e expansão econômica.

Tabela 2 – Grupamento de atividades econômicas e seção CNAE 2.0

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	1º trim. 2024	2º trim. 2024	3º trim. 2024	Acumulado até 3º trim. 2024
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-99	1.335	-612	624
Indústria geral	6.355	7.735	7.019	21.109
Indústrias Extrativas	484	826	1.209	2.519
Indústrias de Transformação	5.300	6.148	5.440	16.888
Eletricidade e Gás	-50	258	531	739
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	621	503	-161	963
Construção	9.875	5.270	4.520	19.665
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-6.049	4.977	8.217	7.145
Serviços	33.400	29.616	29.794	92.810
Transporte, armazenagem e correio	2.492	2.513	4.151	9.156
Alojamento e alimentação	3.566	2.783	4.038	10.387
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.848	11.541	14.550	30.939
Informação e Comunicação	1.307	623	1.904	3.834
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	44	-35	172	181
Atividades Imobiliárias	180	88	59	327
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2.171	3.767	1.833	7.771
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.146	7.098	10.582	18.826
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	20.257	8.415	3.778	32.450
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	6.046	1.130	124	7.300
Educação	8.482	3.259	1.172	12.913
Saúde Humana e Serviços Sociais	5.729	4.026	2.482	12.237
Serviços domésticos	2	1	2	5
Outros serviços	2.235	4.363	3.275	9.873
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	963	1.131	1.516	3.610
Outras Atividades de Serviços	1.274	3.222	1.757	6.253
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-2	10	2	10
Total	43.482	48.933	48.938	141.353

Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

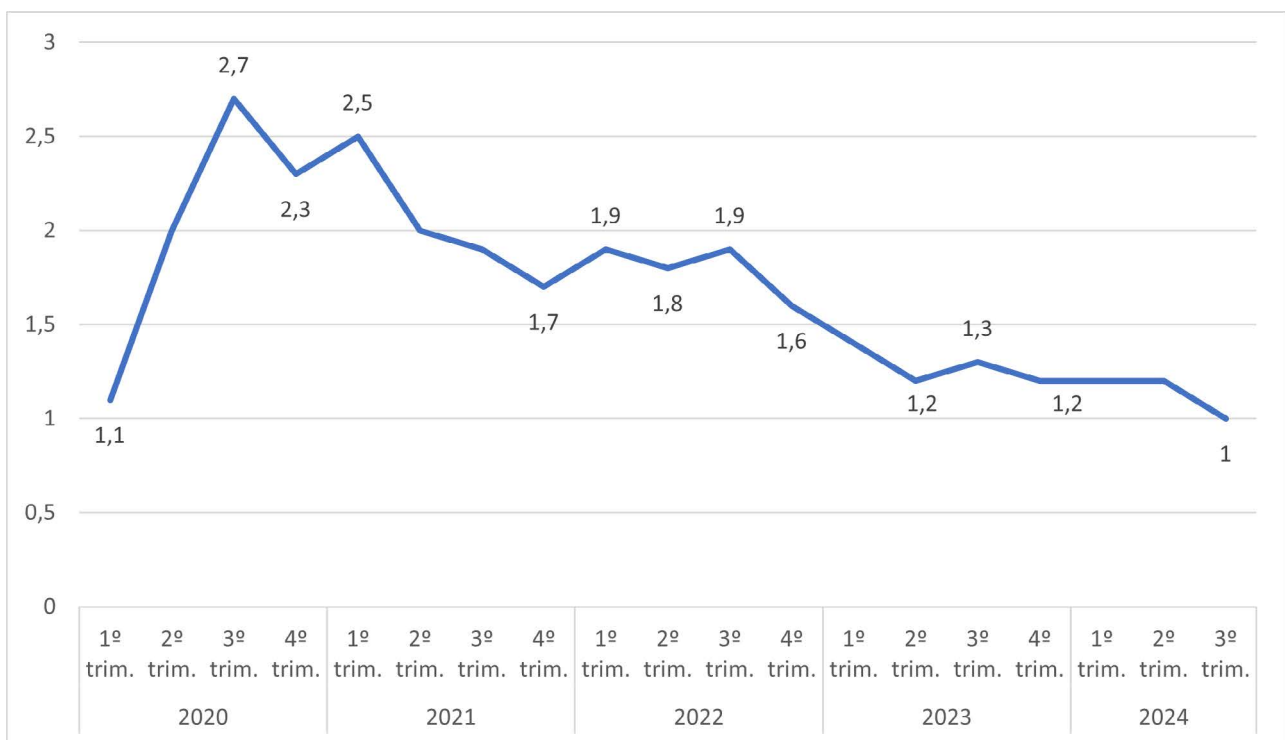
1.7 Taxa de desalento

O Gráfico 8 apresenta a evolução da taxa de desalento no estado do Rio de Janeiro entre o primeiro trimestre de 2020 e o terceiro trimestre de 2024. O período inicial destaca um aumento expressivo, alcançando o pico de 2,7% no terceiro trimestre de 2020, em decorrência do impacto econômico da pandemia de COVID-19, que levou à perda generalizada de empregos e à redução da confiança na busca por oportunidades de trabalho.

Com o início da recuperação econômica em 2021, a taxa começou a diminuir gradualmente, passando de 2,5% no início do ano para 1,7% no quarto trimestre. A tendência de queda se manteve em 2022 e 2023, refletindo melhorias no mercado de trabalho e a retomada das atividades econômicas, alcançando 1,2% no quarto trimestre de 2023. No terceiro trimestre de 2024, a taxa atingiu 1%, representando o menor nível registrado no período analisado.

Essa redução evidencia a recuperação da economia e o aumento da confiança da população em voltar a buscar emprego, indicando avanços na inclusão no mercado de trabalho.

Gráfico 8 – Taxa de desalento – Estado do Rio de Janeiro (2020 a 3º trimestre 2024)



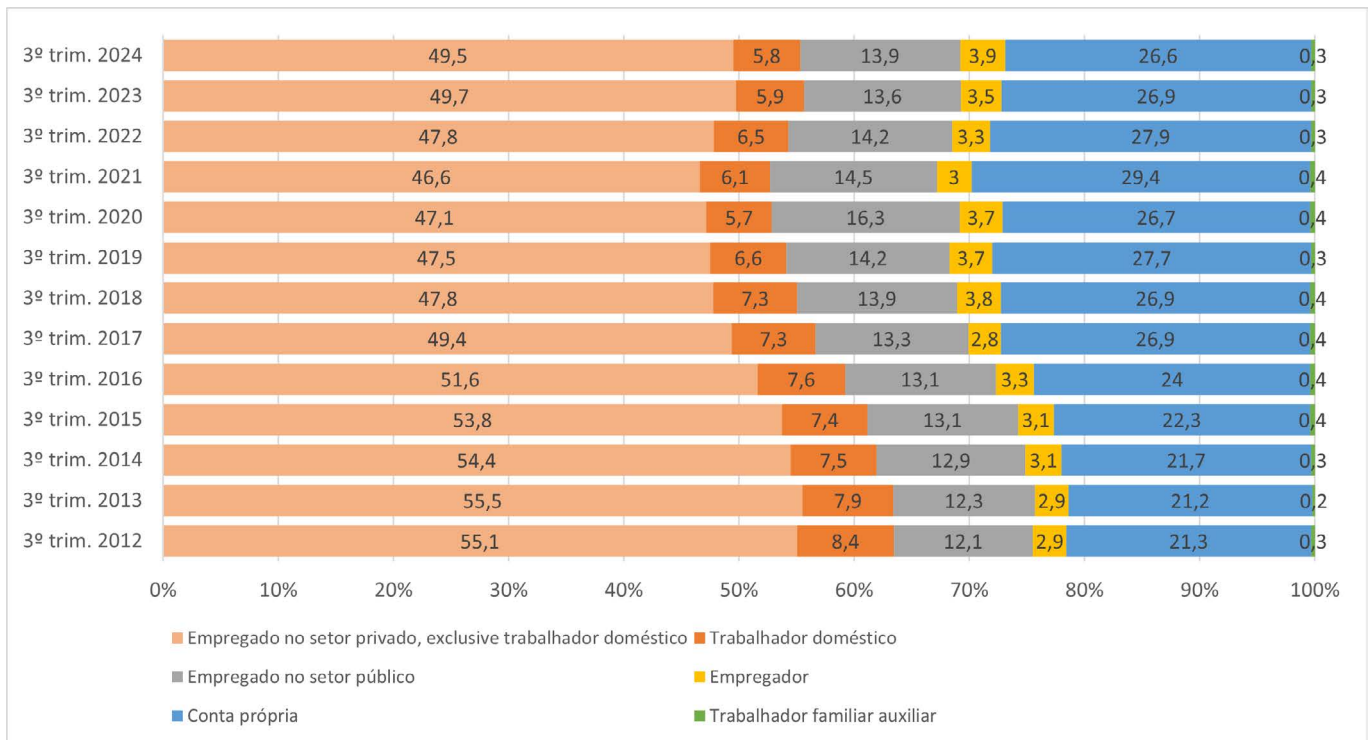
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.8 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

O gráfico 9 mostra a distribuição das categorias de emprego no trabalho principal no estado do Rio de Janeiro entre 2012 e o terceiro trimestre de 2024. Duas categorias que sofreram as maiores variações nesse período foram a de empregados no setor privado e trabalhadores por conta própria. No terceiro trimestre de 2012, a categoria empregados no setor privado representava 55,1% dos trabalhadores, enquanto no terceiro trimestre de 2024 caiu para 49,5%. Essa redução de mais de 6 pontos percentuais indica uma diminuição da proporção de trabalhadores no setor privado, potencialmente refletindo mudanças estruturais no mercado de trabalho, como a migração para outras formas de ocupação, como trabalho por conta própria e empregadores, ou o impacto de crises econômicas que afetam o setor privado de forma mais aguda.

Já a categoria “conta própria” saiu de 21,3% no terceiro trimestre de 2012 para 26,6% no terceiro trimestre de 2024, evidenciando um aumento expressivo na proporção de trabalhadores por conta própria ao longo dos anos. Esse crescimento reflete uma tendência de aumento no empreendedorismo individual e na busca por formas alternativas de geração de renda, especialmente diante de crises econômicas, como a pandemia da COVID-19, que levou muitos trabalhadores a buscarem maior autonomia no mercado de trabalho. Além disso, o avanço tecnológico e a flexibilização nas relações de trabalho podem ter contribuído para esse crescimento, permitindo que mais pessoas explorem atividades autônomas.

Gráfico 9 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Estado do Rio de Janeiro (2012 a 3º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.9 Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal

O Gráfico 10 apresenta a distribuição da população ocupada com 14 anos ou mais na semana de referência, segmentada por grupamento de atividade no trabalho principal. O setor com a maior concentração de trabalhadores é o de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, representando 22,7% do total, evidenciando a relevância do setor público e dos serviços essenciais no mercado de trabalho fluminense.

Na sequência, o setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas responde por 17,2%, demonstrando sua importância como gerador de empregos tanto em áreas urbanas quanto em regiões menos desenvolvidas. Já o segmento de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas atinge 16,3%, refletindo a crescente influência da economia digital e de serviços especializados.

Por outro lado, setores como Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e Serviços domésticos registram menor participação, com 1,2% e 5,8%, respectivamente. Essa baixa representatividade pode estar associada ao avanço da urbanização e à expansão do setor de serviços, que vêm transformando o perfil do emprego no estado.

Gráfico 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividade no trabalho principal – Estado do Rio de Janeiro (3º trimestre de 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

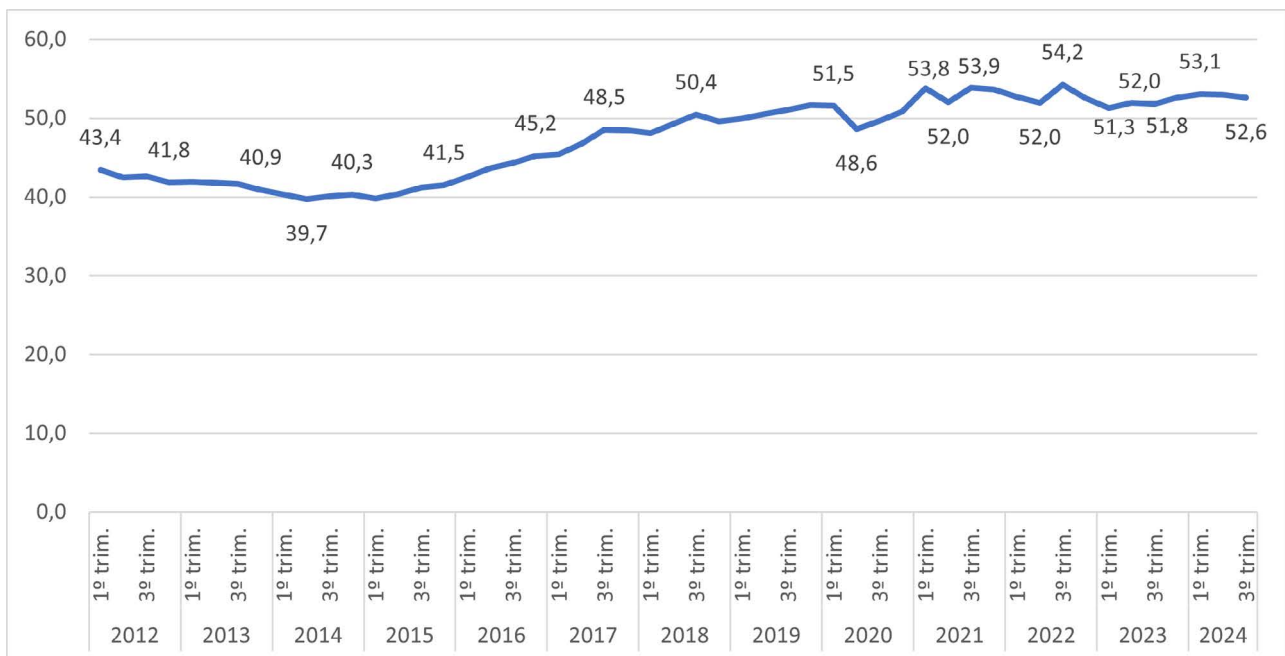
1.10 Informalidade do setor privado

O Gráfico 11 apresenta a evolução da taxa de informalidade no setor privado no estado do Rio de Janeiro entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2024. Nesse período, observa-se que a taxa se manteve persistentemente elevada, oscilando entre 39,7% (mínimo registrado no terceiro trimestre de 2014) e 54,2% (máximo registrado no terceiro trimestre de 2022). Após alcançar o pico em 2022, a taxa apresentou uma leve redução, estabilizando-se em torno de 52% nos anos seguintes, chegando a 52,6% no terceiro trimestre de 2024.

A alta informalidade reflete desafios estruturais no mercado de trabalho do estado, como dificuldades de acesso a empregos formais, barreiras burocráticas e a falta de incentivos para a formalização. Essa realidade não apenas compromete os direitos trabalhistas dos trabalhadores informais, como também reduz a arrecadação de impostos, limita investimentos em serviços essenciais e dificulta a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Para enfrentar o problema da informalidade, é fundamental adotar medidas integradas, como a simplificação de processos para registro de empresas, a oferta de qualificação profissional gratuita e a criação de incentivos fiscais que estimulem a formalização. Além disso, o fortalecimento da fiscalização, o combate à sonegação e parcerias com o setor privado para promover capacitação e assistência técnica podem contribuir para uma redução sustentável da informalidade. O monitoramento contínuo dos resultados dessas iniciativas será essencial para garantir sua eficácia e o desenvolvimento do mercado de trabalho no estado.

Gráfico 11 – Informalidade do setor privado (%) – Estado do Rio de Janeiro (2012 a 3º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro

A construção de uma análise detalhada do perfil socioeconômico do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, baseada na distribuição percentual das pessoas com 14 anos ou mais, segundo variáveis como sexo, grupo de idade, nível de instrução e cor ou raça, que estão fora da força de trabalho, desocupadas, ocupadas e na força de trabalho, é fundamental para orientar a formulação de políticas públicas eficazes. Essas informações permitem identificar com precisão as desigualdades e vulnerabilidades presentes no mercado de trabalho, destacando segmentos específicos da população que enfrentam maiores dificuldades de inserção ou que estão mais suscetíveis ao desemprego e à informalidade.

Ao analisar o mercado de trabalho a partir dessas variáveis, é possível compreender como diferentes grupos demográficos são impactados por fatores econômicos e sociais, como a desigualdade racial, de gênero e de escolaridade. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica, com foco em reduzir as disparidades e criar oportunidades mais equitativas para todos os segmentos da população.

Além disso, a análise ajuda a identificar áreas prioritárias de intervenção, como a promoção de educação e qualificação profissional, iniciativas de incentivo à formalização do trabalho e o desenvolvimento de programas específicos para grupos sub representados no mercado de trabalho. A partir dessas informações, as políticas públicas podem ser mais direcionadas e adaptadas às reais necessidades da população, contribuindo para uma economia mais inclusiva e dinâmica no estado do Rio de Janeiro.

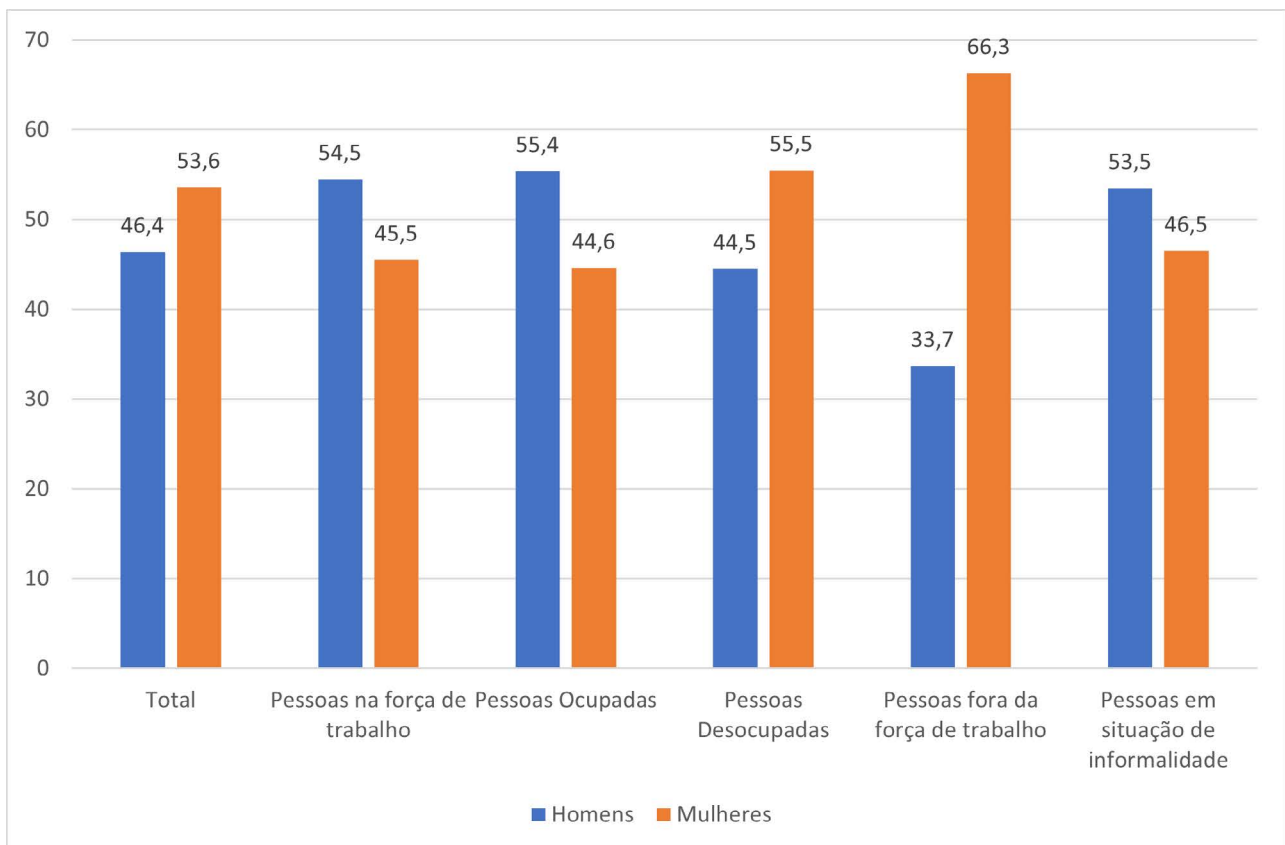
Por fim, uma análise robusta do perfil socioeconômico é crucial para monitorar os impactos das políticas implementadas ao longo do tempo e ajustar estratégias conforme as mudanças no cenário econômico e social, garantindo a construção de um mercado de trabalho mais justo e equilibrado.

2.1 Distribuição percentual por sexo

O Gráfico 12 evidencia as desigualdades de gênero no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro no terceiro trimestre de 2024. As mulheres representam 45,5% das pessoas na força de trabalho e 46,5% das pessoas em situação de informalidade, enquanto os homens têm maior presença no mercado formal. Apesar disso, as mulheres desocupadas enfrentam maiores desafios na inserção ocupacional, com 55,5%, comparado a 44,5% entre os homens desocupados. Além disso, 66,3% das mulheres estão fora da força de trabalho, em contraste com 33,7% dos homens, o que reforça o impacto das barreiras sociais e estruturais.

Essas desigualdades refletem questões como a sobrecarga de responsabilidades domésticas e a insuficiência de políticas de apoio à igualdade de gênero. Para superar essas limitações, é essencial implementar políticas públicas que promovam a equidade no mercado de trabalho, como programas de incentivo à contratação feminina, iniciativas de capacitação profissional e medidas para conciliar vida profissional e responsabilidades familiares. A redução dessas disparidades é um passo crucial para alcançar um mercado de trabalho mais inclusivo e equitativo no estado.

Gráfico 12 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2024



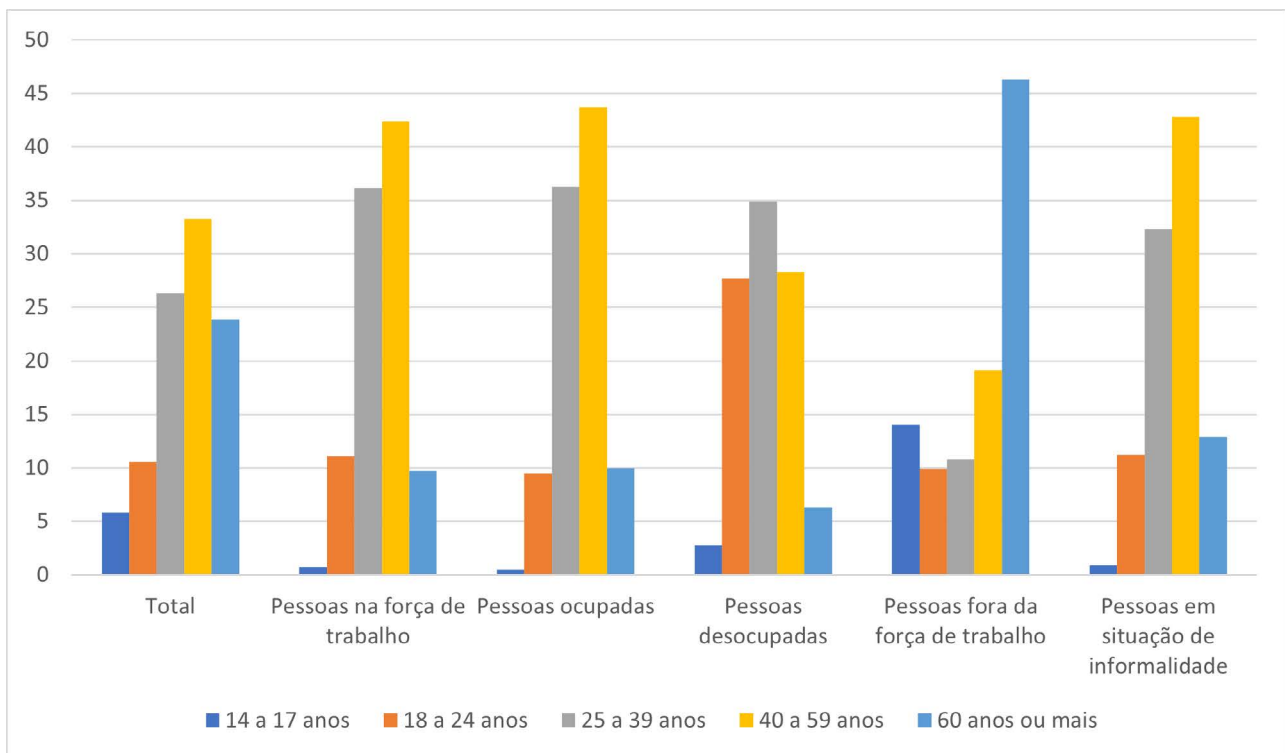
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2.2 Distribuição percentual por grupo de idade

O Gráfico 13 apresenta a distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais por grupo etário no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 2024. A participação na força de trabalho é mais expressiva entre os grupos de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, refletindo o pico da vida produtiva. Por outro lado, os grupos de 14 a 17 anos e 60 anos ou mais apresentam menor participação, o que está alinhado à priorização da educação para os mais jovens e à aposentadoria ou inatividade para os mais idosos.

O gráfico também revela que o grupo de 18 a 24 anos enfrenta um dos maiores percentuais no grupo de pessoas desocupadas destacando as dificuldades de ingresso no mercado formal devido à falta de experiência e, muitas vezes, de qualificação adequada.

Gráfico 13 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por grupo de idade (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2.3 Distribuição percentual por nível de instrução

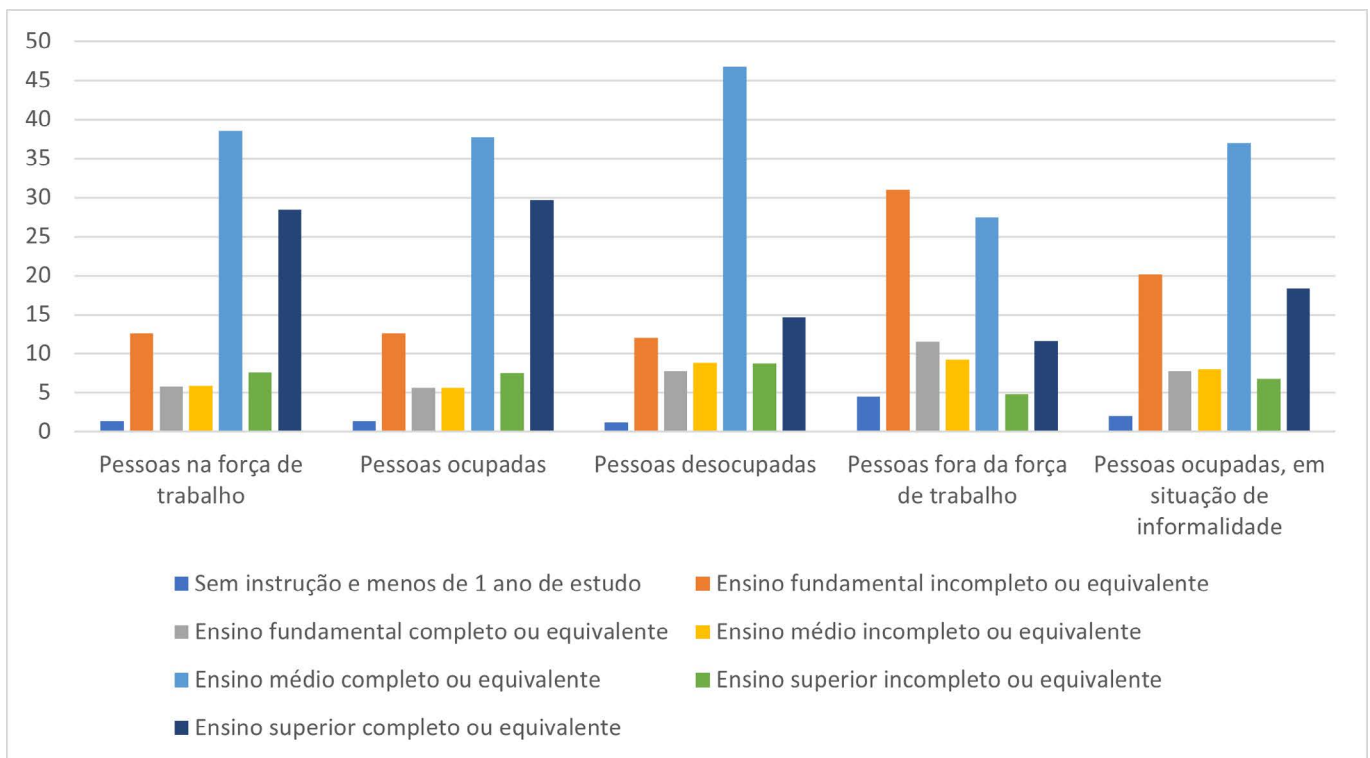
O Gráfico 14 evidencia a relação direta entre o nível de instrução e a posição das pessoas no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 2024. Indivíduos com menor nível de escolaridade, como aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo, estão predominantemente fora da força de trabalho e em situação de informalidade. Por outro lado, pessoas com ensino médio ou superior completo apresentam maior inserção em empregos formais.

As dificuldades enfrentadas por indivíduos com menor escolaridade para acessar empregos formais refletem barreiras estruturais no mercado de trabalho, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação e qualificação profissional. Programas de formação técnica e continuada, voltados para jovens e adultos, bem como iniciativas que incentivem o retorno aos estudos, são estratégias essenciais para reverter esse cenário.

Além disso, o gráfico aponta para a urgência de investimentos em educação básica e superior, com o objetivo de atender à crescente demanda por mão de obra qualificada e reduzir as disparidades no acesso a empregos de qualidade. A promoção de empregos formais e a redução da informalidade são passos fundamentais para alcançar maior equidade e desenvolvimento econômico no estado.

Em síntese, a análise destaca a importância de fortalecer a educação como um pilar estratégico para inclusão no mercado de trabalho e desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Gráfico 14 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por nível de instrução (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2.4 Distribuição percentual por cor ou raça

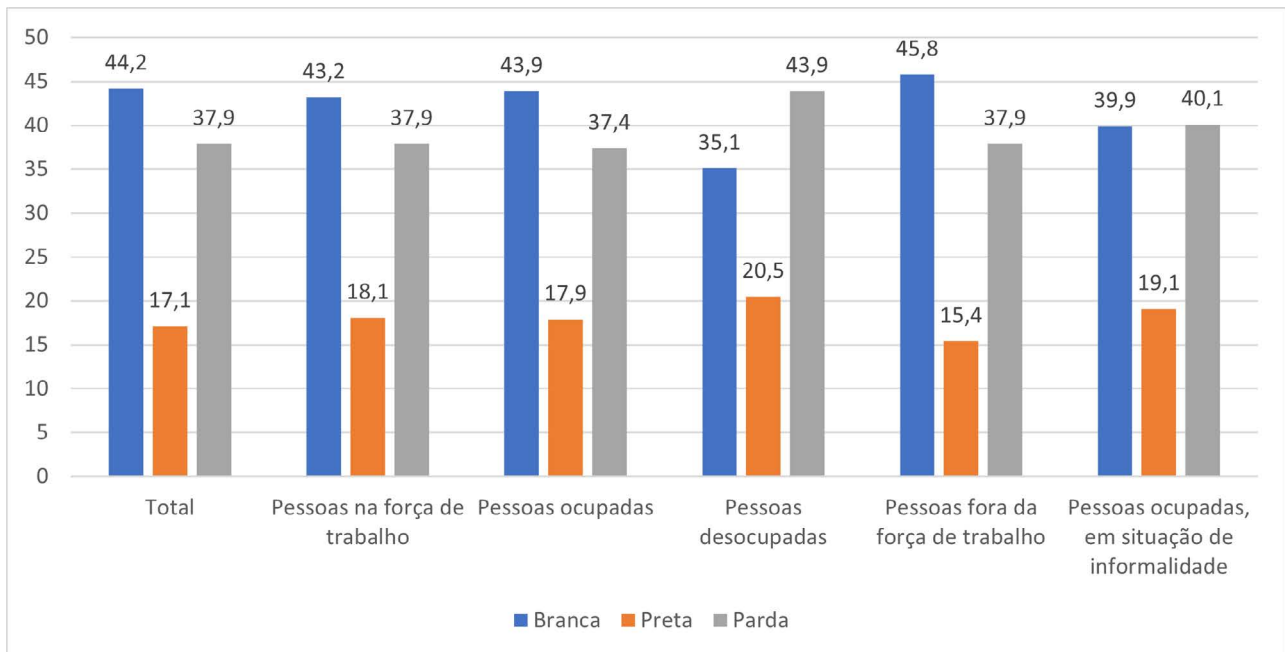
O Gráfico 15 destaca as desigualdades raciais no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro no terceiro trimestre de 2024. A população branca apresenta maior participação na força de trabalho (43,2%) e menor taxa de desocupação (35,1%) em comparação com a população negra (64,4%), que é a soma da população preta e parda, que enfrenta taxas mais elevadas de desocupação e maior vulnerabilidade no mercado informal. Esses dados refletem um histórico de desigualdades raciais que impactam significativamente as oportunidades e condições de trabalho.

A informalidade, caracterizada por contratos precários e ausência de proteção social, afeta de maneira desproporcional a população preta (19,1%) e parda (40,1%). Esse cenário evidencia barreiras estruturais que limitam o acesso a empregos de qualidade e perpetuam as desigualdades socioeconômicas.

Para reverter essa realidade, é imprescindível adotar políticas públicas que combatam a discriminação racial e promovam a equidade no mercado de trabalho. Ações como cotas raciais em concursos públicos e universidades, programas de qualificação profissional voltados para as populações preta e parda, além do enfrentamento ao racismo institucional, são essenciais para reduzir essas desigualdades e promover maior inclusão.

Em síntese, o gráfico reforça a necessidade de medidas estruturantes para garantir igualdade de oportunidades, valorizando a diversidade e contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Gráfico 15 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

CONCLUSÃO

Em síntese, o mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro enfrenta desafios significativos, como desemprego, informalidade, falta de qualificação, desigualdade salarial, discriminação racial e precarização das condições de trabalho. Esses problemas refletem um cenário complexo que demanda políticas públicas bem planejadas e eficazes. A concentração econômica em setores como petróleo e gás, a limitada diversificação produtiva e a dependência das receitas petrolíferas representam entraves estruturais que impactam negativamente a geração de empregos, a renda das famílias e a arrecadação estadual.

Para superar esses desafios, é essencial que o governo estadual promova a diversificação econômica, invista em educação e capacitação profissional e adote políticas de inclusão social voltadas para a redução das desigualdades de gênero e raça. A construção de um mercado de trabalho mais equilibrado, formal e inclusivo é fundamental para impulsionar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, o estudo aprofundado do mercado de trabalho e a implementação de políticas públicas direcionadas são indispensáveis para alcançar um desenvolvimento socioeconômico sustentável e um futuro mais justo e próspero para o estado.



